

Serviço social e movimentos sociais: história e reflexões sobre o amadurecimento teórico-metodológico

Mariana Figueiredo de Castro Pereira

Univerisdade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
marianafcp12@gmail.com

Natália Coelho de Oliveira

Univerisdade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
nataliacoelho14@gmail.com

Resumo

Este artigo reflete parte da contribuição e produção acadêmica de assistentes sociais que participaram de trabalhos junto a movimentos populares urbanos e educação popular, por meio da execução de programas habitacionais e de urbanização e regularização de assentamentos precários realizados entre as décadas de 1960 a 1990, com base em pesquisa documental na produção da categoria, especialmente nas revistas Serviço Social e Sociedade. Período esse que possibilitou um avanço no trabalho de conscientização e educação popular, proporcionando um legado teórico-metodológico para a categoria profissional e relevantes reflexões sobre a nossa prática. Neste sentido, é necessário compreender algumas tendências do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, a partir do resgate de atores sociais importantes que participaram deste momento histórico, através das principais experiências profissionais de diálogo e compromisso com a população.

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Renovação. Serviço Social.

**Social work and social movements:
history and reflections on theoretical-methodological maturation**

Abstract

This article reflects part of the contribution and academic production of social workers who participated in work with urban popular movements and popular education, through the execution of housing programs and urbanization and regularization of settlements precarious people conducted between the 1960s and 1990s, based on documentary research. This period that allowed an advance in the work of awareness and popular education, providing a theoretical-methodological legacy for the professional category and relevant reflections on our practice. In this sense, it is necessary to understand some trends of the brazilian social service renewal movement, based on the rescue of important social actors who participated in this historical moment, through the main professional experiences dialogue and commitment to the population.

Keywords: Popular Education. Social Movements. Renewal. Social Work..

1 Introdução

Este artigo trata de compreender o legado histórico e refletir sobre a memória profissional no processo de amadurecimento do Serviço Social brasileiro, bem como suas influências, a partir da socialização das principais experiências dos assistentes sociais que a construíram, privilegiando os atores sociais que participaram desses movimentos históricos.

O período de renovação no Serviço Social possibilitou a vinculação clara e o compromisso da classe trabalhadora, a partir do desenvolvimento de um vínculo orgânico com a população na prática profissional. Esse momento foi marcado pelo movimento de ruptura com a tecnificação no trabalho do assistente social. Dessa forma, verificaremos algumas experiências de trabalho dos assistentes sociais comprometidos com uma prática profissional mais crítica, voltada ao trabalho de educação popular e mobilização social junto à classe trabalhadora, principalmente nas ações na luta pelo direito à cidade. Neste sentido, fez-se necessário entender o passado, para compreender as tendências profissionais, teórico-metodológicas, técnico-instrumental e ídeo-políticas do tempo presente.

A partir da recusa de uma ação mais burocratizante e na busca por reformas sociais, a categoria profissional elabora novas bases de legitimação e cria um método de trabalho social de perspectiva mais crítico, atuante e propositivo, diante das particularidades da realidade social.

2 Desenvolvimento

2.1 O processo de renovação no Serviço Social brasileiro

Como caracteriza Netto (1996) a “erosão do Serviço Social tradicional” no Brasil se deu pela abordagem comunitária feita através do método profissional de Desenvolvimento de Comunidade já indicava uma ultrapassagem deste tradicionalismo, tendo em vista de que com o processo de industrialização pesada, as demandas de intervenção sobre a ‘questão social’ se complexificou e exigia do profissional um entendimento das problemáticas macrossociais e a sua inserção em equipes multiprofissionais. Dessa maneira, na tentativa de superação do subdesenvolvimento, a atuação do Assistente Social no método Desenvolvimento de Comunidade se adequou às necessidades e às características de uma sociedade como a brasileira, visando entender a realidade brasileira e atender as novas

demandas da sociedade no período desenvolvimentista.

Como um dos limites deste processo, temos a nossa formação profissional que não estava preparada para atender as demandas profissionais e a “subalternidade executiva” que colocava o profissional como mero executor de políticas sociais, restringindo a sua prática profissional, conforme retrata Netto (1996).

Nos anos posteriores essa erosão ganha uma dinâmica mais intensa, tendo em vista que o período de 60 a 64 foi de aprofundamento e a problematização do processo democrático na sociedade e no Estado. E a repercussão para a profissão ocorreu com os seguintes componentes: a) o amadurecimento de setores da categoria profissional, na relação com equipes multiprofissionais; movimentos sociais, grupos politicamente organizados e outras instâncias do Estado; b) desvinculação de segmentos da Igreja Católica e seu conservadorismo tradicional com a aderência de católicos progressistas de esquerda, muitos deles com vinculação ao movimento da Teologia da Libertação, com ativa militância cívica e política. Esse setor da Igreja influenciou fortemente o movimento de renovação do Serviço Social; c) a expansão do movimento estudantil, particularmente nas escolas de Serviço Social; d) a adoção de um referencial próprio de parte significativa das ciências sociais, principalmente por dimensões críticas e nacional-populares.

Portanto, identifica-se algumas semelhanças no processo de renovação brasileira ao processo erosivo do Serviço Social iniciado na América Latina, nos impactos para a profissão, assim como: o processo de reconceituação do Serviço Social na América Latina iniciado em 1965 tem suas particularidades que são peculiares aos países que sofrem dominação, principalmente pelos países capitalistas centrais que enriqueceram através da nossa exploração como colônia. Com isso a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional, transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora. Contudo a erosão do Serviço Social ‘tradicional’ na América Latina se apresenta pela funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. (NETTO, 1996).

No contexto da América Latina, quando o país se fratura em 1971-72, dois blocos se apresentam como protagonistas: os reformistas democráticos (adeptos rigorosos do projeto desenvolvimentista) e os radical-democratas (buscavam o desenvolvimento supondo a superação de toda a forma de exploração e dominação nativa e imperialista). Já no contexto brasileiro as duas correntes que tiveram espaços para continuar defendendo seus projetos foram às perspectivas: modernizadora e a reatualização do conservadorismo, tendo em vista

de que a ditadura militar já reprimia o projeto de reconceitualização da intenção de ruptura. Definiremos as três direções que estiveram no cenário da renovação do Serviço Social brasileiro logo abaixo.

2.1 As direções que a renovação do Serviço Social assumiu no Brasil e as conquistas ao nível teórico-metodológico para a profissão

Os organismos que sustentaram o processo de renovação foram as agências de formação na imediata representação da categoria profissional, principalmente o CBCISS, entidade que levava os debates para as escolas de serviço social.

A primeira direção trata-se da perspectiva *modernizadora* que promovia um esforço para adequar o Serviço Social enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a serem operacionalizados no marco das estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes após 1964. As ideias dessa direção são encontradas nos documentos do Seminário de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) e sem muita repercussão no Seminário de Sumaré em 1978 e do Seminário do Alto da Boa Vista em 1984. Essa corrente de renovação influenciou a massa da categoria profissional. Esse caráter modernizador se adequou ao regime militar, pois não questionava a ordem sociopolítica instaurada pela ditadura, resistindo ao movimento de laicização, na recusa ao rompimento com o estatuto e a funcionalidade subalterna assumidos historicamente pela profissão. Tem suas bases importadas do estrutural-funcionalismo norte-americano que defende que deve corrigir as ‘disfunções’ do indivíduo para promover o equilíbrio do sistema e manter a coesão social (NETTO, 1996, p. 154).

Tal direção tem a concepção ideológica do reformismo conservador do viés desenvolvimentista, pois a concepção de subdesenvolvimento aparece como etapa de um processo cumulativo que, se submetidas a intervenções racionais e planejadas, seria ultrapassada. Ou seja, acreditava-se que podíamos superar o nosso atraso econômico e conseqüentemente teríamos melhorias sociais, com as reformas sociais promovidas pela ditadura.

O seu principal intelectual foi José Lucena Dantas que no Seminário de Teresópolis teve como pauta interventiva a perspectiva modernizadora e identificou nesta ocasião, a necessidade de um mínimo de cientificidade à profissão, destacando de principal importância os métodos profissionais de diagnóstico e intervenção planejada. Além disso,

Netto (1996) observa nos documentos a defasagem e a pobreza teórica dos conteúdos.

A crise desta perspectiva só pode ser entendida a partir do início da abertura política, na segunda metade de 70, onde acontecerá um deslocamento de sua importância intensificado pelo fim do bipartidarismo e outros movimentos que surgiam na época, como o movimento grevista, o movimento sindical do ABC paulista. Sendo assim, não causou repercussão nos Seminários de Sumaré (1978) e no Seminário do Alto da Boa Vista (1984), pois pela conjuntura de abertura política e pelo surgimento de outros organismos de expressão e representação da categoria profissional, tendo em vista de que a perspectiva intenção de ruptura compunha esses segmentos, o que viria a deslocar logo depois o CBCISS enquanto instituição que representava a categoria nos seus seminários.

A segunda perspectiva *reatualização do conservadorismo* recupera os elementos mais tradicionais da profissão, como: a ajuda psicossocial na prática profissional; centralização nas dinâmicas individuais e recuperação de valores tradicionais; intervenção em nível de micro atuação, subordinação às exigências da modernização conservadora. Entre outras mudanças percebe-se a valorização da elaboração teórica; não reconhecimento da luta de classes presente na sociedade, repúdio à tradição positivista e as referências ao pensamento marxista. Procurava substituir a explicação, própria do positivismo, pela compreensão na utilização da fenomenologia.

A terceira perspectiva *intenção de ruptura* dependeu mais que outras tendências de um clima de liberdade democrática para avançar no seu processamento, pois tinha um caráter de oposição ao regime autocrático burguês. As suas bases sociopolíticas estavam contidas no período de democratização de 1961, marcado pelo movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril de 1964. É na crise da autocracia burguesa que essa perspectiva poderá transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e atrair atenções de segmentos profissionais consideráveis, conseguindo aderência aos setores mais amplos do Serviço Social a partir dos anos 80.

Podemos destacar entre as principais características desta corrente a vinculação com a universidade; a construção do ‘método BH’ (resultantes de experiências e formulações efetivadas entre 1972 e 1975 pelo núcleo da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais), este método constituía uma proposição global de alternativa ao tradicionalismo, que foi formulado pensando na conjuntura brasileira, tendo em vista que uniram as vanguardas renovadoras mais críticas da América Latina.

Entre outras características, Marilda Villela Iamamoto teve grande participação na

difusão delas, assim como: a compreensão do significado social do exercício profissional nas relações da produção material e reprodução social; inspiração teórico-metodológica marxista; sistematização das questões da teoria, método, objeto e objetivos profissionais considerando que o Serviço Social se inscreve na divisão sócio técnica do trabalho, na tensão mediada pelo rebatimento da luta de classes.

Entretanto a crítica mais relevante que Netto (1996) faz sobre essa perspectiva é a existência de uma distância entre a intenção de romper com o passado do tradicional-conservadorismo da profissão e os indicativos prático-profissionais construídos para absorver as intencionalidades apresentadas, distorcendo o sentido da dicotomia entre a teoria e prática.

Podemos apontar quatro principais conquistas no movimento de reconceituação: a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; a explicitação da dimensão política da ação profissional, tendo em vista de que o tradicionalismo ocultava a dimensão política da profissão e a interlocução crítica com as Ciências Sociais, rompendo com um vazadouro acrítico dos produtos das Ciências Sociais acadêmicas norte-americanas. Inscrevendo a profissão no Pensamento Social contemporâneo a inauguração do pluralismo profissional representa um marco, visto que o “monolitismo” foi subvertido no Movimento de Reconceituação.

A relação com a tradição marxista, muitas vezes deformada pela contaminação neopositivista, propiciou equívocos e limites no processo de reconceituação onde destaca-se um ativismo político que se confundiu com os limites entre a profissão e o militantismo. Além disso, a recusa às ‘teorias importadas’ com o objetivo de produzir técnicas e métodos que se adequassem às realidades brasileira e latino-americana, indicou uma superestimação da profissão, dificultando a viabilização da sua prática profissional, visto os limites institucionais, dada à sua condição de profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho.

A perspectiva *intenção de ruptura* mesmo com alguns equívocos foi fundamental para a compreensão da função social e política da profissão (IAMAMOTO, 2007) e o que se entende hoje como o Serviço Social crítico originou-se dessa perspectiva, tornando-a hegemônica dentro do meio profissional e acadêmico. Tendo em vista que esse processo incentivou a construção da base do projeto ético-político profissional, considera-se uma comprovação que a reconceituação permanece viva até os dias de hoje.

2.2 Experiências de renovação do Serviço Social crítico com os movimentos sociais urbanos

Lehfeld (1983), na Revista Serviço Social, número 11, analisa a política habitacional durante a ditadura militar, conformando os agentes públicos e privados que atuavam no mercado habitacional para produção de moradia, como, 1) as Companhias Habitacionais (COHABs), que atendem as famílias com renda mensal até cinco salários mínimos (mercado popular); 2) Cooperativas Habitacionais (INOCOOPS), que prestavam atendimento às famílias que possuíam renda mensal de 3 a 6 salários mínimos (renda ampliada posteriormente) e 3) as caixas econômicas, associações de poupança e empréstimos e sociedade de crédito imobiliário que faziam o atendimento às famílias com renda mínima de seis salários. Posteriormente, a mesma discute o papel do Assistente Social nesses programas habitacionais que se encontrava confrontado entre uma atuação mais ligada ao nível assistencial e outra ao nível político, promocional.

Leila Santos apud Lehfeld (1983) caracteriza que as políticas de Desenvolvimento Social eram classificadas nesses dois tipos, uma assistencial, mais dirigida às ações de problemas urbanos como mendicância, alcoolismo, saúde, habitação, emprego, bem-estar da família e entre outros. E as políticas promocionais, de prestação de serviços diretos, tinham o objetivo de educar, capacitar e organizar, com programas de desenvolvimento, grupos de pressão da população com o interesse na conscientização.

Era considerado um privilégio, os assistentes sociais que tinham uma prática menos institucionalizada e burocratizada e que estavam ligados à organização desses grupos de pressão, visto que a maioria estava relacionada à prática assistencial. De acordo com a autora, “eram privilegiadas as equipes que trabalhavam com meios para efetivar um exercício profissional transformador, menos burocratizante” (LEHFELD, 1983, p. 25).

Geralmente, conforme a atuação dos assistentes sociais nos programas habitacionais se remetia ao desenvolvimento de trabalhos como: classificação socioeconômica dos usuários dos serviços; elaboração de listagem dos mutuários classificados para os diversos tipos de habitação, tais quais as COHABs; elaboração das pastas individuais de cada proponente comprador; preparação dos mutuários para a mudança para o novo núcleo e desenvolvimento de programas comunitários.

A prática profissional, na época, era fundamentada numa política assistencial que caracterizava o assistente social como simples administrador dos serviços sociais. O que

sugere Lehfeld (1983, p. 26) sobre a prática profissional, neste momento de questionamento das suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas, é a projeção de uma estratégia de luta profissional, buscando maiores níveis de participação no poder para definição e formulação das políticas sociais, pois a mesma afirma que “resistindo à instrumentação burocrática de que é objeto, e preparar-se para atuar junto e com a população, quando as transformações políticas, sociais e econômicas surgirem”, consiste em formas de sustentação política da profissão, no compromisso com a população.

Neste sentido, o que leva um movimento no interior da categoria profissional à sua ação conjunta com os movimentos populares é o processo de reorganização sindical e dos movimentos sociais que fazem com que parte da categoria profissional passe a defender seus interesses profissionais com uma pauta de reivindicações. É neste movimento de organização das classes populares que o Serviço Social “[...] busca novas fontes de legitimidade e reconhecimento voltados para o estabelecimento de vínculos orgânicos com os setores populares” (RAICHELIS, 1988, p. 82).

O dilema dos assistentes sociais, nesse período de efervescência popular e de assessoria aos movimentos sociais urbanos baseava-se no papel social da profissão entendida como parte do Estado. Os que acreditam no exercício profissional sob viés transformador, a partir da adoção de uma perspectiva dialética, passam a ter um posicionamento que privilegiava os movimentos populares, “[...] como alternativa de práticas extra institucionais, dentre elas os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, etc.” (AMMANN, 2013, p. 220). Alguns até consideravam que o Serviço Social deveria optar pelo trabalho exclusivo com as organizações populares, pois a partir delas que se poderia conhecer a realidade concreta da população e acreditavam que apenas desse modo poderiam “liberar o Serviço Social da dependência institucional, ou seja, do Estado e da classe dominante” (AMMANN, 2013, p. 220). Tal perspectiva integrava um dos temas característicos dos debates profissionais, na transição aos anos 80, sobre os limites e possibilidades do trabalho do assistente social nas instituições. Assim, Silva apud Ammann (2013) defendia que os movimentos sociais eram alternativas que propiciavam “maior liberdade de ação, oferecendo uma prática profissional mais comprometida com as classes populares” (AMMANN, 2013, p. 220).

Consistia numa grande preocupação para os assistentes sociais que trabalhavam com assessoria aos movimentos sociais urbanos, na perspectiva da educação popular, o esforço para não manipulação das classes subalternas, considerando o seu vínculo de trabalho.

Dessa forma, a identificação enquanto “agente externo” pôde facilitar o reconhecimento do saber popular e levantar algumas premissas de seu trabalho educativo. Como mostra Magalhães (1981, p. 46), na revista *Serviço Social e Sociedade*, número 6, entre elas: captar o cotidiano da vida e do trabalho, suas formas de organização e reivindicação de direitos e recursos existentes ao nível da relação comunidade e Estado; auxiliar a população a sistematização da sua própria vida com recursos audiovisuais; compor um histórico da população e estimular a comunicação interna para que eles assumam a direção do processo. Segundo a referida autora,

A prática educativa do ‘agente externo’ nessa perspectiva demanda uma relação de troca de conhecimentos e experiências, não caindo nos riscos do ‘vanguardismo’ ou da ‘mistificação’ do saber popular. As questões de ordem metodológica têm a ver diretamente com o posicionamento de cada profissional face à realidade social. A partir das premissas aqui destacadas, os objetivos profissionais tais como ‘conscientização’ e organização das camadas subalternas [...] passam a ser revistos. O Serviço Social passa a não mais ser considerado agente central de ‘mudança’ e de ‘conscientização’ das camadas subalternas (MAGALHÃES, 1981, p. 46-47).

Por meio das leituras de Gramsci, vinculadas ao exercício profissional, o Serviço Social passou a reconhecer a cultura das classes subalternas, considerando a visão de classe e as condições materiais e subjetivas de formação da sua ação profissional e do saber popular. Algo que se observou também na consciência política, que se forma ao longo do processo de organização popular, de que cabe às organizações populares, no território, assumir a direção do processo de mobilização por direitos e cidadania (MAGALHÃES, 1981).

Também é expressão deste acúmulo no processo do movimento de reconceituação a influência de diferentes leituras marxistas, algumas inclusive, contraditórias entre si, sobre o Estado que passam a reconhecer o papel da própria profissão. Assim, serão comuns as referências a autores como Gramsci, Poulantzas, Althusser, Manuel Castells, entre outros¹. Dessa forma, a leitura que prevalece a partir dessas influências, identifica o Estado como um espaço de embates de projetos antagônicos que estão em disputa, permeados pela luta entre as

¹ Particularmente o livro “O Estado, o poder, o socialismo”, de Nicos Poulantzas, cuja primeira edição no Brasil, data de 1980, exerceu importância nos cursos de Serviço Social e nos debates da profissão sobre a relação entre Estado e classes sociais, ao lado da concepção gramsciniana de Estado, a partir da revisão curricular do início dos anos 80. Contudo, tais influências, ainda que confrontem a interpretação Althusseriana de Estado, não impediram a penetração e disseminação do marxismo estruturalista de Althusser nos cursos de Serviço Social. Assim, uma obra de impacto e influência considerável para o Serviço Social na interpretação da chamada “questão urbana” e do papel do Estado e dos movimentos sociais frente à questão urbana, foi o livro de Manuel Castells, “A questão urbana”, publicado originalmente em 1969, na França, e em 1983, no Brasil, claramente influenciado pela leitura estruturalista do marxismo.

classes sociais; enquanto gerador da “infraestrutura necessária ao processo de expansão industrial, como gestor e controlador dos serviços de consumo coletivos necessários à reprodução da força de trabalho”, e, ao mesmo tempo, concebem o Estado como o principal responsável pelo processo de espoliação e exclusão das classes subalternas. Neste sentido, o Estado é alvo de embates com os movimentos sociais urbanos, e estes se defrontam com o caráter contraditório do Estado, tendo em vista que o mesmo deve atender as necessidades de consumo coletivo e também privilegiar a reprodução do capital em detrimento do trabalho, conforme afirmam Rosa e Raichelis (1985).

Rosa e Raichelis (1985), no artigo da Revista Serviço Social e Sociedade, número 19, intitulado “*O Serviço Social e os movimentos sociais – Análise de uma prática*”, de acordo com a experiência de assessoria aos movimentos de loteamentos clandestinos, observou o caráter contraditório do Estado, considerando que no momento em que se criavam organismos descentralizados e mecanismos de atendimento de demandas populares para regularização do acesso a terra, também abria-se a possibilidade para dividir o movimento e impedir uma pressão unificada e organizada sobre o Estado, a partir dos colegiados que eram subordinados às Administrações Regionais, cujo objetivo era a regularização dos loteamentos.

Visto isso, essa experiência de embates entre projetos distintos de sociedade que disputavam a concepção de Estado, construiu um projeto profissional que se contrapunha ao que fora largamente adotada pelo Serviço Social e que enfatizava a necessidade de integração das chamadas “populações marginais” ao todo social (ROSA, RAICHELIS, 1985).

A utilização dessa matriz teórica orientou as experiências profissionais pesquisadas e relatadas aqui, estabelecendo mediações importantes para o campo das políticas sociais dos órgãos públicos, destinados ao atendimento das consideradas “populações de baixa renda”, contribuindo para a crítica da noção de “comunidade” que pressupunha uma “certa” homogeneidade da população e do território, além de ser sempre acionada como elemento operador das políticas de integração e apaziguamento social em áreas e segmentos sociais de maior conflito urbano. Nesse sentido, Rosa e Raichelis (1985, p. 86), mostram como os relatórios da ONU, na década de 1960, propunham “integrar as comunidades na vida da nação e torná-las capazes de contribuir decisivamente para o progresso nacional”, com o desenvolvimento de iniciativas de ajuda mútua e assistência - a partir de práticas solidárias e cooperativas para resolução de problemas locais com a utilização de seus próprios recursos.

Essas experiências do exercício profissional com assessoria dos movimentos sociais problematizavam o estímulo às práticas do mutirão, pois consideravam que o Estado

tinha que assumir seu papel enquanto gestor de consumo coletivo; tendo em vista que a força de trabalho já era explorada no processo produtivo e espoliada enquanto morador sem acesso aos serviços urbanos. Neste sentido, a visão do lugar da moradia como lugar de conflitos e contradições, reconhecendo a sociedade de classes e incorporando esse conteúdo da luta de classes na prática profissional, subverteu o sentido harmonioso e homogêneo de comunidade. Tal acúmulo foi também importante para dar visibilidade ao poder de classe, seja para manutenção da ordem e/ou para a contestação desta subordinação e criação de alternativas que contradizem esta lógica, fortalecendo a contra hegemonia.

O reconhecimento da natureza política-ideológica da prática profissional possibilitou a construção de um projeto profissional cuja direção social se alinhava aos compromissos políticos e ideológicos da classe trabalhadora. Este debate adquiriu uma qualidade e aprofundamento, na medida em que “se multiplicavam experiências de inserção de assistentes sociais em processos organizativos e permitiam um vínculo mais orgânico com os interesses e perspectiva política imprimida pela sua ação coletiva” (ROSA; RAICHELIS, 1985, p. 96).

Um conjunto de profissionais da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Amazonas (APASAM), em 1981, realizou uma crítica de forma a socializar o posicionamento coletivo dos assistentes sociais do estado do Amazonas, propondo uma reflexão da práxis do assistente social, vinculado à manutenção da ideologia dominante. Neste momento, os assistentes sociais já expressam um aprofundamento teórico-metodológico da análise das relações sociais, a partir da visão crítica do processo de participação, com influência da teoria de Althusser.

Dessa forma, a equipe elabora um artigo na Revista Serviço Social e Sociedade, número 6, em 1981, chamado “*Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Amazonas – APASAM*”, em que constroem três posicionamentos dos assistentes sociais do Amazonas e produzem propostas de ação profissional para cada posicionamento. Os respectivos posicionamentos são: visão crítica das consequências do desenvolvimento, visão crítica do processo de participação, e visão crítica das relações sociais.

Aqui interessa destacar, em especial, a questão da participação. A equipe partirá da contribuição de Safira Bezerra Ammann para questionar o sentido e o limite da participação na sociedade burguesa, considerando-se a desigualdade estrutural da ordem burguesa de apropriação privada da riqueza gerada pelo trabalho. A partir dessa contradição, a equipe irá, então, afirmar que não há participação real, mas formas de mistificação da mesma, através de

estratégias de mobilização social, de disseminação do discurso liberal de igualdade de oportunidades e de direitos sociais. A partir de tal visão, a equipe de Serviço Social irá reivindicar a inspiração teórica de Althusser sobre o papel das ideologias e dos aparelhos ideológicos de Estado, para propor como papel do profissional:

1- desenvolver um processo educativo (com a clientela) reflexivo, crítico e transformador, como ponto fundamental de condicionamento a uma participação; 2- informar e esclarecer sobre as contradições nas estruturas econômicas e políticas como um todo, pois embora a clientela viva sob pressões diretas e maciças da ideologia opressora, experimenta pela própria prática uma reforma de ideologia contraditória (ALTHUSSER, 1981, p. 103).

Deborah Pierre (1981, p. 68), na Revista Serviço Social e Sociedade, número 6, já busca problematizar o papel do Serviço Social na organização popular, desenvolvido nas instituições públicas, a partir do entendimento das instituições como aparelhos ideológicos do Estado, no qual “departamentalizam o social”. Nas instituições, o assistente social conquista seu espaço e ganha respeito a partir do seu compromisso com a população para transformação do cotidiano, assim como atua na correlação de forças para influir na cultura institucional.

Por vezes, os assistentes sociais verificavam que as demandas por creche e moradia não iriam “resolver” os problemas dos moradores, mas com a organização dos moradores potencializava-se as possibilidades de luta e conquistas. Outro problema encontrado ocorria quando os projetos habitacionais “vinham prontos” e com prazos de execução e avaliação preestabelecidos, dificultando o processo participativo, com resultados mais individuais que coletivos. (PIERRE *et al.*, 1981, p. 86).

Costa e Lima (2004, p. 163), no artigo “Questão Urbana e Serviço Social”, número 79, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, coloca que, na década de 1990, apesar dos avanços já considerados relativos ao movimento da Reforma Urbana e novos marcos legais no que tange ao planejamento urbano, tivemos a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, onde os indicadores urbanos revelam as propostas firmadas em Istambul “acerca das aspirações universais de garantia de moradia digna e de assentamentos urbanos mais seguros, sustentáveis e integrados como um direito humano e social”, contudo não se concretiza até hoje. O que tem se verificado é um expoente de “exclusão e perpetuação de privilégios e desigualdades”, no que diz respeito ao uso e ocupação de espaços urbanos.

Durante a década de 1990, além de programas de habitação e de interesse social

financiados pelo governo federal com recursos do BID, tivemos alguns programas de urbanização geridos pelas prefeituras municipais para a dotação de infraestrutura básica em favelas, assentamentos precários e bairros com pouca infraestrutura, principalmente para facilitar a circulação nos espaços públicos e implantação de serviços urbanos como: água, esgoto, iluminação pública.

Conclusão

Como podemos observar com este apanhado histórico, este processo de inserção do Serviço Social no movimento popular nos possibilita indicar de que sua organização se dava a partir suas necessidades concretas para a organização da vida material e social. Os movimentos sociais passam por um momento de reorganização das suas pautas prioritárias em torno das necessidades de políticas públicas como educação, saúde, moradia, saneamento, transportes, entre outros e cede espaço para a construção de um projeto para a gestão urbana das cidades, no momento da redemocratização brasileira e até os dias atuais, seguindo a lógica setorial evidenciada por meio da sua atuação política. Neste sentido, a questão urbana passa a ser mediada por uma gestão democrática, redefinindo os parâmetros da política urbana, com dois eixos centrais: o planejamento e a participação social.

A partir dos anos 90, nasceu um discurso de cidadania de segunda categoria, conforme Costa e Lima (2004), que significou o acesso à vida urbana na periferia, desprovida de infraestrutura, serviços coletivos precários e restritos, mesmo os cidadãos pagando impostos regularmente, o bônus da urbanização não é socializado, conformando um padrão de urbanização excludente.

Deste período até os dias atuais temos o avanço de outros protagonistas no cenário urbano, como as ONGs, entidades sem fins lucrativos e organizações da sociedade civil de assessoria aos movimentos populares e de promoção de campanhas, articulação de redes, debates, fóruns etc., combinando diversidades de iniciativas de movimentos populares, universidades, envolvendo vários temas relativos ao espaço urbano, como habitação, saúde, economia solidária e capacitação.

Embora tivessem estas iniciativas, a intervenção do Estado tem sido por meio de ações pontuais e seletivas e as lutas dos movimentos urbanos vêm sendo tratada de forma setorializada nas áreas de interesse imediato, como habitação, violência, geração de renda, saúde, educação, entre outras, no bojo do projeto neoliberal. Neste sentido, a ação dos

assistentes sociais com a problemática urbana tem sido ampla e a sua ação interdisciplinar, combinando participação popular, como parte das requisições ao trabalho do assistente social neste campo.

Referências

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2013. 264 p.

AMMANN, S. B. Considerações críticas sobre o conceito de participação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano II, n. 5, p. 147-157, mar. 1981.

AMMANN, S. B. Associações de moradores no Centro-Oeste. **Serviço Social e Sociedade**, n. 22, ano VII. Editora Cortez. Dezembro de 1996. 50-57p.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

COSTA, T. H. B. S.; LIMA, R. E. Questão urbana e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXV, nº 79, p. 62-173, mar. 2004.

EQUIPE DE ASSISTENTES SOCIAIS AMAZONAS. Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Amazonas – APASAM. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano III, n. 6, p. 99-107, set. 1981.

IAMAMOTO, M. **O serviço social em tempo de capital e fetiche**. São Paulo, Cortez, 2008. 495p.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982. p. 29-126.

IAMAMOTO, M. V. A. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, A. E. *et al.* (Orgs) **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A. **O serviço social na contemporaneidade trabalho e formação**

profissional. 11. ed. São Paulo, Cortez, 2007. 326p.

LEHFELD, N. A. S. A política habitacional brasileira – alternativas de reacondicionamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano IV, n. 11, p.5-29, abr. 1983.

MAGALHÃES, M. C. S. Educação popular e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano III, n. 6, p. 43-53, set. 1981.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

PIERRE, D. *et al.* O trabalho social da organização popular em instituições públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano III, n. 6, p. 67-105, set. 1981.

RAICHELIS, R. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo, Cortez, 1988. 211p.

ROSA, C. M. M & RAICHELIS, R. O serviço social e os movimentos sociais – análise de uma prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano VI, n. 19, p. 74-98, dez. 1985.

SANTOS, L. L. **Textos de serviço social**. São Paulo, Cortez, 2007. 301p.

SIQUEIRA, F. C. A. *et al.* As contradições e o espaço profissional na prática do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 08, ano ANO III, mar. 1982. 45-68p.

YAZBEK. M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

Recebido em: 25/11/2019

Aprovado em: 27/02/2020